

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PSD vê com muita preocupação o projeto de instalação e exploração de volfrâmio e estanho, com extração a céu aberto em Calabor (Espanha), junto da fronteira Portuguesa (distrito de Bragança), e que poderá ter fortes impactos ambientais e sociais transfronteiriços.

O PSD pretende ver acautelado o interesse nacional e solicitar ao Ministério do Ambiente e Ação Climática elementos que permitam compreender as posições portuguesas, especialmente ao nível do processo de Avaliação de Impacto Ambiental e procedimentos subsequentes.

Um projeto mineiro com múltiplos riscos para Portugal

O Projeto VALTREIXAL supõe um projeto de exploração mineira para a obtenção final de concentrados minerais de volfrâmio e estanho, na concessão denominada "Alto de Repilados", localizada nas proximidades de Calabor, município de Pedralba de la Praderia. O projeto situa-se a cerca de 5 km a norte da fronteira com Portugal.

O projeto será desenvolvido ao longo de 5 fases de expansão, num período de concessão que poderá chegar aos 60 anos. A área de implantação atingirá cerca dois mil hectares numa zona de grande valor ecológico. Este território está classificado como Rede Natura 2000, especificamente na Zona Especial de Conservação da Serra da Culebra, incluída ainda na Reserva da Biosfera Planalto Ibérico, zona protegida por Diretivas Europeias. Na envolvente deste território encontra-se o Parque Natural de Montesinho o que levanta várias preocupações sobre os impactos ambientais transfronteiriços do projeto, face à sua sensibilidade ecológica.

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) desenvolvido apontou impactos negativos ao nível dos diversos descritores, incluindo destruição de habitats, perda de biodiversidade, ruído, contaminação de solos e recursos hídricos, entre outros.

O projeto localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Douro e os seus impactos serão sentidos ao

longo de diversas linhas de água, incluindo no rio Calabor (das nascentes até à fronteira com Portugal); no rio del Fontano (das nascentes até a fronteira com Portugal) e nos afluentes de Las Palomas e Chana. A implantação do projeto terá impacto direto e significativo em Portugal, o que trará riscos para espécies e populações. De referir ainda que a concessão mineira afeta habitats de espécies prioritárias e vulneráveis como o Lobo-ibérico ou a Toupeira-de-Água.

Para além dos impactos ambientais existem também impactos socioeconómicos, sobretudo nas comunidades Portuguesas, e que não tiveram a devida apreciação no Estudo de Impacto Ambiental, sendo uma lacuna grave.

Toda esta área tem extrema importância para a economia da região, especialmente na vertente do turismo de natureza, contando com múltiplas unidades hoteleiras e outros estabelecimentos correlacionados. Em conjunto potenciam a economia das comunidades também através do consumo de produtos locais de elevada qualidade e valor gastronómico, precisamente devido à qualidade ambiental do meio envolvente.

O Estado Português, e o Parque Natural de Montesinho em particular, já viu os seus legítimos interesses prejudicados quando, há alguns anos, foi instalado um parque eólico espanhol literalmente em cima do limite desta área protegida (junto à barragem de serra Serrada/Área de Proteção Parcial do Tipo I): várias turbinas encontram-se implantadas sobre a linha de fronteira, em clara violação da legislação europeia, que prevê uma faixa de proteção para a instalação destes projetos em zonas fronteiriças.

De referir ainda que existe uma forte preocupação por parte das autoridades locais e regionais portuguesas para com este projeto. As populações mais próximas estão alarmadas e exigem respostas. Foi inclusivamente criado o Movimento Cívico Uivo – “Por uma Reserva da Biosfera Meseta Ibérica livre de minas” que se tem empenhado na defesa deste território.

Avaliação Ambiental transfronteiriça e consulta pública

O "Projeto de Exploração de Recursos de Estanho e Volfrâmio Valtreixal n.º 1906 e Alto de Los Repilados n.º 1352" foi sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

Nos termos previsto no “Protocolo de atuação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo do Reino de Espanha sobre a aplicação às avaliações ambientais de planos, programas e projetos com efeitos transfronteiriços”, celebrado entre as Partes em fevereiro de 2008, foi notificado o Reino de Espanha do interesse do Estado Português em participar no respetivo procedimento de AIA.

Neste enquadramento, e de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 151-B, de 31 de outubro, na sua redação atual, a documentação remetida pelas autoridades espanholas esteve disponível para consulta durante 30 dias úteis, 13 de Julho a 21 de Agosto de 2020, no Portal Participa.pt . Durante este processo foram submetidas 28 participações.

O Ministro do Ambiente e Ação Climática, em declarações públicas (JN, setembro de 2020) referiu que *"... no âmbito da Avaliação de Impacte Ambiental, não foi considerada pela APA que a informação enviada para Portugal fosse suficiente para que pudesse ser feito um juízo do lado português e foi solicitada mais informação a Espanha, a qual ainda não chegou"*.

O PSD entende que este processo tem sido conduzido de forma pouco transparente, sem que se compreenda qual tem sido a posição ou as atuações por parte do Governo e das

autoridades nacionais.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar ao Senhor Ministro do Ambiente e Ação Climática os seguintes documentos:

1. O conjunto das 28 participações que foram submetidas durante a consulta pública.
2. Pareceres técnicos emitidos por serviços do Ministério do Ambiente (ICNF, APA) e eventualmente por outras entidades.
3. Ponto de situação atualizado referente a este processo, incluindo troca de informação entre as Autoridades de AIA de Portugal e Espanha, bem como entre os dois governos.

Palácio de São Bento, 16 de fevereiro de 2021

Deputado(a)s

ADÃO SILVA(PSD)

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

BRUNO COIMBRA(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

ISABEL LOPES(PSD)

PAULO LEITÃO(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

FILIPA ROSETA(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

JOÃO GOMES MARQUES(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

NUNO MIGUEL CARVALHO(PSD)

OFÉLIA RAMOS(PSD)

Deputado(a)s

PEDRO PINTO(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)